

Nietzsche: A vontade de potência como a arte da interpretação

Felipe Renan Jacobowski (Unioeste)

História, Poder e Conhecimento em Foucault

Celestino Guedes (UFRural)

14h00 - Conferência:

Auditório do Bloco C-67

Realismo e Anti-Realismo na Ciência: Pasteur e o problema da geração espontânea

Marcos Rodrigues da Silva (UEL)

15h30 - Mini-curso:

Auditório do Bloco C-67

Causalidade em Hume e Kant: teoria e prática (continuação)

Eduardo Salles O. Barra (UFPR)

Inscrições:

As **inscrições** devem ser feitas na secretaria do Departamento de Filosofia, sala 01 do Bloco H35, UEM, campus sede (fone: 44 - 3261-8925) e serão aceitas também durante o evento. Deve ser apresentado o comprovante de pagamento da inscrição, no valor de R\$ 20,00. O boleto para pagamento da inscrição deve ser emitido através da página **www.uem.br** clicando em "Guia de recolhimento". Código a ser informado: 2236



**Departamento
de Filosofia**



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

**Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação**



**Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Filosofia**

IV Simpósio de Filosofia da UEM Conhecimento e Verdade



Maringá, 04 a 06 de Novembro de 2009

4/11/2009

09h00 - Mesa de Comunicações
Sala 17 do Bloco H-35

Coordenador: José Beluci Caporalini
(UEM)

Considerações acerca do Diálogo
Mênon de Platão

Felipe Cardoso Martins Lima (PUC-PR)

A Ascensão Dialética do Conhecimento
Presente no Mito da Caverna de Platão

Edy Klévia Fraga de Souza (UFMT)

Limites da inteligibilidade: há Idéia de
matéria em Deus, segundo Tomás de Aquino
e Boaventura?

Eduardo Vieira da Cruz (USS)

11h00 - Mesa de Comunicações
Sala 17 do Bloco H-35

Coordenador: Robespierre de Oliveira
(UEM)

Adorno, ou a Verdade como percurso

Christy Ganzert Pato (PUC-SP/USP)

A concepção de Ciência segundo
Waddington e suas Implicações no Ensino de
Ciências

Gustavo Piovezan (UEM)

14h - Abertura Oficial

Auditório do Bloco C-67

Conferência: O Filebo de Platão à Luz

Marcelo Perine (PUC-SP)

05/11/2009

09h00 - Mesa de Comunicações
Sala 17 do Bloco H-35

Coordenadora: Andrea Luisa Bucchile
Faggion (UEM)

Ceticismo e Busca pela Verdade em
Descartes

Edgard Vinícius Cacho Zanette (Unioeste -
Capes/CNPq)

A Crítica de Hume à Concepção
Tradicional de Conhecimento

Claudiney José de Sousa (UEL/UFPR)

Hume: Cético ou Naturalista? Análise
da origem das crenças epistêmicas no
homem

Donizeti Aparecido Pugin Souza (PUC-PR)

11h00 - Mesa de Comunicações
Sala 17 do Bloco H-35

Coordenador: João Hentges (UEM)

A Teoria Kantiana do Simbolismo como
Solucionadora dos Problemas Sistêmicos e
Práticos da Razão

Fabiano Queiroz da Silva (Unicamp)

A Possibilidade da Objetividade do
Conhecimento na Dedução Transcendental

Juliano Tomasel (Unioeste)

Crítica Da Razão Pura: A temática do
conhecimento em Immanuel Kant

Diego Carvalho Dias (PUC-PR)

14h00 - Conferência:

Auditório do Bloco C-67

Tomás de Aquino entre Agostinho e
Aristóteles

Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento
(PUC-SP)

15h30 - Mini-curso:

Auditório do Bloco C-67

Causalidade em Hume e Kant: teoria e
prática

Eduardo Salles O. Barra (UFPR)

06/11/2009

09h00 - Mesa de Comunicações
Sala 17 do Bloco H-35

Coordenador: Cristiano Perius (UEM)

A Concepção Pragmática de
Conhecimento: um estudo da filosofia de
John Dewey

Rodrigo Augusto de Souza (UEM)

O Conhecimento Estético, em
Schopenhauer

Guilherme Marconi Germier (Unicamp)

Fantasia e Verdade na Fenomenologia
de Husserl

Vanessa Furtado Fontana (UFSC)

11h00 - Mesa de Comunicações
Sala 17 do Bloco H-35

Coordenador: Vladimir Chaves dos Santos
(UEM)



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE

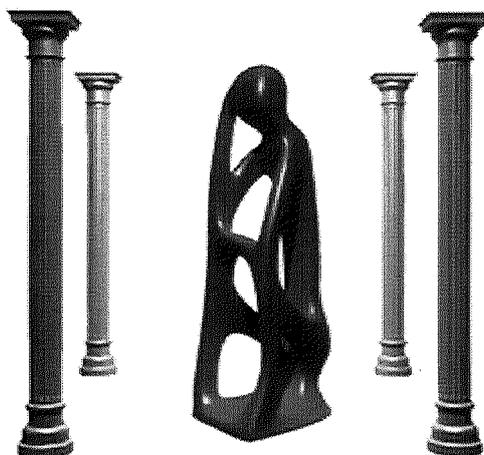
04, 05 e 06 de novembro de 2009
Maringá - Paraná - Brasil



FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA
Apelo ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná



Apresentação



A quarta edição do Simpósio de Filosofia da UEM, voltada ao tema "Conhecimento e Verdade", traz a Maringá pesquisadores já consagrados na comunidade acadêmica brasileira, ao mesmo tempo em que abre as portas para que jovens talentos exponham o resultado de seus trabalhos. O evento é uma realização do Departamento de Filosofia da UEM, apoiado pela Fundação Araucária e pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da universidade. A estrutura do Simpósio baseia-se em conferências de professores convidados, seguidas de debates acerca da exposição, bem como na oferta de um mini-curso, ministrado por um professor também convidado, e na realização de sessões de comunicações compostas por estudantes e professores inscritos. Através de um quarto Simpósio consecutivo, o Departamento de Filosofia da UEM renova uma vez mais sua intenção de unir seus esforços aos daqueles que também estão empenhados pela construção regional e nacional de um fórum de discussão em filosofia, pautado pela abertura crítica e pelo rigor conceitual. Pela quarta vez, esperamos fomentar em nossa instituição um ambiente de diálogo franco e cordial, em que o intercâmbio do saber colabore com o enriquecimento das pesquisas de todos os envolvidos. Sejam bem-vindos!

Maringá, 04 de novembro de 2009

Expediente

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Reitor: Prof. Dr. Décio Sperandio

Vice-Reitor: Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo

Diretor de Pós-Graduação: Prof. Dr. Carlos Alberto Scapim

Diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes: Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota

Diretora Adjunta: Prof. Dr. Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso

Chefe do Departamento de Filosofia: Prof. Dr. José Antônio Martins

Chefe Adjunto: Prof. Dr. Paulo Ricardo Martines

Coordenadora do Conselho Acadêmico do Curso de Graduação em Filosofia: Prof. Dra. Andrea
Luisa Bucchile Faggion

Coordenador Adjunto: Prof. Dr. Vladimir Chaves dos Santos

Coordenadora do Simpósio: Prof. Dra. Andrea Luisa Bucchile Faggion

Comissão Organizadora:

Prof. Dr. José Antônio Martins

Prof. Dr. Marco Aurélio Oliveira da Silva

Prof. Dr. Paulo Ricardo Martines

Realização: Departamento de Filosofia (**DFL**), Curso de Graduação em Filosofia

Apoio: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (**PPG**) e Fundação Araucária.

Maringá/2009

Programação

Data	Atividades	
04/11/2009 (Quarta-feira)	09:00	Sessão de comunicações Coordenador: <i>José Beluci Caporaline (UEM)</i> Local: Sala 17 do Bloco H-35
	11:00	Sessão de comunicações Coordenador: <i>Robespierre de Oliveira (UEM)</i> Local: Sala 17 do Bloco H-35
	14:00	Abertura Oficial Conferência: O Filebo de Platão e as Doutrinas não Escritas <i>Marcelo Perine (PUC-SP/CNPq)</i> Local: Auditório do Bloco C-67
05/11/2009 (Quinta-feira)	09:00	Sessão de comunicações Coordenador: <i>Andrea Luisa Bucchile Faggion (UEM)</i> Local: Sala 17 do Bloco H-35
	11:00	Sessão de comunicações Coordenador: <i>João Hentges (UEM)</i> Local: Sala 17 do Bloco H-35
	14:00	Conferência: Tomás de Aquino entre Agostinho e Aristóteles <i>Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento (PUC-SP)</i> Local: Auditório do Bloco C-67
	15:30	Mini-curso: Causalidade em Hume e Kant: teoria e prática <i>Eduardo Salles O. Barra (UFPR)</i> Local: Auditório do Bloco C-67
06/11/2009 (Sexta-feira)	09:00	Sessão de comunicações Coordenador: <i>Cristiano Perius (UEM)</i> Local: Sala 17 do Bloco H-35
	11:00	Sessão de comunicações Coordenador: <i>Vladimir Chaves do Santos (UEM)</i> Local: Sala 17 do Bloco H-35
	14:00	Conferência: Realismo e Anti-Realismo na Ciência: Pasteur e o problema da geração espontânea <i>Marcos Rodrigues da Silva (UEL/Fundação Araucária)</i> Local: Auditório do Bloco C-67
	15:30	Mini-curso: Causalidade em Hume e Kant: teoria e prática <i>Eduardo Salles O. Barra (UFPR)</i> Local: Auditório do Bloco C-67

Resumos

Data: 04/11/2009

CONFERÊNCIA:

 O Filebo de Platão e as Doutrinas não Escritas

 Marcelo Perine (PUC-SP/CNPq)

Local: Auditório do Bloco C-67

Horário: 14:00

COMUNICAÇÕES:

Local: Sala 17 do Bloco H-35

Horário: 09:00

[001]

 Considerações acerca do Diálogo Mênon de Platão

 Felipe Cardoso Martins Lima (PUC-PR)

[002]

 A Ascensão Dialética do Conhecimento Presente no Mito da Caverna de Platão

 Edy Klévia Fraça de Souza (UFMT)

[003]

 Limites da inteligibilidade: há Idéia de matéria em Deus, segundo Tomás de Aquino e Boaventura?

 Eduardo Vieira da Cruz (USS)

Horário: 11:00

[004]

 A concepção de Ciência segundo Waddington e suas Implicações no Ensino de Ciências

 Gustavo Piovezan (UEM)

[005]

 O Conhecimento Estético, em Schopenhauer

 Guilherme Marconi Germer (Unicamp)

Data: 05/11/2009

CONFERÊNCIA:

 Tomás de Aquino entre Agostinho e Aristóteles

 Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento (PUC-SP)

Local: Auditório do Bloco C-67

Horário: 14:00

MINI-CURSO:

 Causalidade em Hume e Kant: teoria e prática

 Eduardo Salles O. Barra (UFPR)

Local: Auditório do Bloco C-67
Horário: 15:30

COMUNICAÇÕES:

Local: Sala 17 do Bloco H-35

Horário: 09:00

[006]

 **Ceticismo e Busca pela Verdade em Descartes**

 Edgard Vinícius Cacho Zanette (Unioeste - Capes/CNPq)

[007]

 **A Crítica de Hume à Concepção Tradicional de Conhecimento**

 Claudiney José de Sousa (UEL/UFPR)

[008]

 **Hume: Cético ou Naturalista? Análise da origem das crenças epistêmicas no homem**

 Donizeti Aparecido Pugin Souza (PUC-PR)

Horário: 11:00

[009]

 **A Teoria Kantiana do Simbolismo como Solucionadora dos Problemas Sistêmicos e Práticos da Razão**

 Fabiano Queiroz da Silva (Unicamp)

[010]

 **A Possibilidade da Objetividade do Conhecimento na Dedução Transcendental**

 Juliano Tomasel (Unioeste)

[011]

 **Crítica Da Razão Pura: A temática do conhecimento em Immanuel Kant**

 Diego Carvalho Dias (PUC-PR)

Data: 06/11/2009

CONFERÊNCIA:

 **Realismo e Anti-Realismo na Ciência: Pasteur e o problema da geração espontânea**

 Marcos Rodrigues da Silva (UEL/Fundação Araucária)

Local: Auditório do Bloco C-67

Horário: 14:00

MINI-CURSO:

 **Causalidade em Hume e Kant: teoria e prática**

 Eduardo Salles O. Barra (UFPR)

Local: Auditório do Bloco C-67

Horário: 15:30

COMUNICAÇÕES:

Local: Sala 17 do Bloco H-35

Horário: 09:00

[012]

 **A Concepção Pragmática de Conhecimento: um estudo da filosofia de John Dewey**

 Rodrigo Augusto de Souza (UEM)

[013]

 **Adorno, ou a Verdade como percurso**

 Christy Ganzert Pato (PUC-SP/USP)

Horário: 11:00

[014]

 **Fantasia e Verdade na Fenomenologia de Husserl**

 Vanessa Furtado Fontana (UFSC)

[015]

 **Nietzsche: A vontade de potência como a arte da interpretação**

 Felipe Renan Jacobowski (Unioeste)

[016]

 **História, Poder e Conhecimento em Foucault**

 Renato Celestino Guedes (UFRural)



O Filebo de Platão e as Doutrinas não Escritas

Marcelo Perine (PUC-SP/CNPq)

Na controvérsia da relação entre os diálogos platônicos e as doutrinas não escritas, o *Filebo* ocupa um lugar privilegiado, seja pelo caráter tardio da sua redação, quase unanimemente aceito pelos críticos, seja pelas numerosas afinidades que apresenta com as doutrinas não escritas, pela afirmação de que as idéias teriam uma estrutura numérica (*Filebo*, 16 CD), seja ainda pela intrincada doutrina dos quatro gêneros (*Filebo*, 23 C-27 A). No *Filebo*, o ilimitado (*apeíron*) é caracterizado de modo semelhante ao modo como Aristóteles caracteriza a doutrina da Díade indefinida e a refere ao ensinamento oral de Platão (cf. *Metaf.*, A 6, 987 b 20). Após uma breve caracterização das doutrinas não escritas, pretendemos evidenciar alguns traços do *Filebo* que remetem ao núcleo de ensinamentos que Platão reservou para a oralidade.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

Tomás de Aquino entre Agostinho e Aristóteles

Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento (PUC-SP)

Como é conhecido, Tomás de Aquino adota no que se refere ao processo do conhecimento humano uma postura aristotélica. Quer dizer: o conhecimento humano começa com a experiência sensorial e tem seu desenvolvimento ligado essencialmente a esta. Isto quer dizer que o conhecimento de tudo aquilo que não é diretamente objeto do conhecimento dos sentidos, deve tomar este conhecimento como base. Assim sendo, de um lado, não temos nenhum conhecimento inato e de outro não temos nenhum acesso ao conhecimento das realidades não materiais senão a partir do conhecimento destas últimas. Tomás integra dentro deste quadro a assim chamada "teoria da iluminação" de Santo Agostinho, interpretando-a, não como uma descrição do procedimento imediato do conhecimento intelectual humano, mas como uma abordagem de sua fundamentação última. Por outro lado, insere também em sua abordagem do conhecimento humano, a "teologia negativa" de Dionísio. Isto é, nosso conhecimento das realidades imateriais, sobretudo de Deus, é um conhecimento do que elas não são e não um conhecimento do que são. Tomás pretende, assim, estabelecer o domínio em que o conhecimento humano tem plena vigência (o mundo material e sobretudo o da nossa experiência imediata; nos termos medievais, o mundo sub-lunar) e aquele ao qual só temos um acesso negativo, isto é, sabemos o que ele não é mas não positivamente o que ele é.



Realismo e Anti-Realismo na Ciência: Pasteur e o problema da geração espontânea

Marcos Rodrigues da Silva (UEL/Fundação Araucária)

Um dos problemas centrais do debate realismo/anti-realismo é o problema da aceitação de teorias científicas: qual deve ser a atitude epistemológica de um cientista diante de uma teoria científica bem sucedida? De modo geral realistas argumentam que a aceitação de uma teoria bem sucedida instrumentalmente implica a crença na sua verdade. Já para anti-realistas o sucesso das teorias não nos autoriza a crer na verdade das teorias, devendo nos limitar a, por exemplo, acreditar em sua adequação empírica. Um importante argumento realista é o argumento da inferência da melhor explicação, formulado por Gilbert Harman: “Ao se construir [a inferência da melhor explicação] se infere, do fato de que uma certa hipótese explicaria a evidência, a verdade desta hipótese. Em geral existem diversas hipóteses que poderiam explicar a evidência, de modo que se deve ser capaz de rejeitar todas tais hipóteses alternativas antes de se estar seguro em fazer a inferência. Assim se infere, da premissa de que uma dada hipótese forneceria uma “melhor” explicação para a evidência do que quaisquer outras hipóteses, a conclusão de que esta determinada hipótese é verdadeira”. A partir deste enunciado, e com o auxílio de uma formulação de Stathis Psillos, podemos então apresentar o seguinte argumento: a) uma evidência E deve ser explicada; b) a hipótese H explica melhor E do que outras hipóteses rivais; c) conclusão: H é passível de crença em sua verdade. Do ponto de vista da *epistemologia* (ou seja: daquilo que se quer compreender acerca das razões da *crença* de um cientista em uma certa hipótese) o argumento parece descrever de modo adequado os caminhos que são percorridos a fim de se legitimar a aceitação de uma hipótese pela comunidade científica. Porém é alegado por alguns filósofos (dentre eles Bas van Fraassen) que a aceitação não teria apenas uma dimensão epistemológica, mas igualmente uma dimensão *pragmática*, dimensão esta que nos auxiliaria a identificar os compromissos (não-epistemológicos) do cientista (que aceita uma teoria) com o programa de investigação no qual está imerso. Aqui podemos perceber uma ligeira alteração no encaminhamento da discussão a respeito da aceitação: a aceitação teria ocorrido não apenas (se é que) em função da dimensão epistemológica envolvida, mas em função de outros fatores, fatores estes profundamente ligados ao contexto no qual ocorreu a aceitação. Deste modo, não seria o caso de se recusar a



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

solução realista ao problema da aceitação, mas de impor ao problema algumas complexidades que não parecem ser consideradas pelo realismo em se uso da inferência da melhor explicação. Partindo desta orientação pragmática, esta comunicação pretende apresentar uma dificuldade ao estabelecimento da premissa (b) do argumento da inferência da melhor explicação antes mencionada. A dificuldade seria a de que a premissa precisaria enfrentar o fato de que alguns relatos historiográficos apontam para a inexistência de avaliações imparciais de hipóteses em competição. Nesta comunicação pretendo apresentar um destes relatos, a saber, o relato sobre a disputa entre Louis Pasteur e Félix Pouchet acerca do problema da geração espontânea.



Causalidade em Hume e Kant: teoria e prática

Eduardo Salles O. Barra (UFPR)

Tradicionalmente, o chamado "problema de Hume" foi analisado sob dois pontos de vista distintos, ora como problema da causalidade ora como problema da indução. Por mais bem fundamentada que seja a escolha por uma dessas duas rubricas, é difícil afastar a suspeita de artificialidade que pesa sobre qualquer uma delas. O desafio seria, então, encontrar um modo de reconstruir o problema que permita unificar suas duas vertentes (causalidade e indução), preferencialmente numa perspectiva que permita uma continuidade entre ambas, mais do que uma simples justaposição ou união de interesses. Creio que isso possa ser feito. Para tanto, vou propor uma interpretação tanto do argumento original humeano quanto da resposta que ele merece no bojo do projeto crítico kantiano. Na primeira parte, analisarei o intrincado argumento que Hume desenvolve ao longo de virtualmente toda a terceira parte do livro inicial do *Tratado da Natureza Humana* (1739), argumento esse que interpreto como destinado à sustentação da possibilidade e, sobretudo, da necessidade de transitar entre esses dois modos de classificar a causalidade – da sua condição inicial de uma relação filosófica à condição de uma relação natural. Diante dessa dupla definição de causalidade, meu objetivo será ainda identificar uma justificativa pragmática para a permanência da definição filosófica após o próprio Hume tê-la declarado conceitualmente precária e parcial. As regras para ajuizar sobre causas e efeitos, estrategicamente colocadas ao final do longo argumento para a naturalização da causalidade, incluem parte dessa justificativa. Na segunda parte, analisarei a resposta de Kant a Hume, tomando-a, do mesmo modo, como duas respostas distintas: a primeira (causalidade) contida na "Segunda Analogia da Experiência" da *Crítica da Razão Pura* (1787) e a segunda (indução), principalmente, nos prefácios e na segunda parte ("Crítica da Faculdade de Juízo Teleológica") da *Crítica da Faculdade do Juízo* (1790). O fato de serem determinações de distintas faculdades deve ampliar as assimetrias entre ambas as perspectivas sobre a causalidade e, conseqüentemente, inviabilizar qualquer tentativa de unificá-las. Todavia, na medida em que a doutrina kantiana dos fins essenciais da razão seja encarada como um sucedâneo das regras humeanas, surge a possibilidade de uma justificação não-pragmática para os juízos de regularidade empiricamente verificadas.



Causalidade em Hume e Kant: teoria e prática

Eduardo Salles O. Barra (UFPR)

Tradicionalmente, o chamado "problema de Hume" foi analisado sob dois pontos de vista distintos, ora como problema da causalidade ora como problema da indução. Por mais bem fundamentada que seja a escolha por uma dessas duas rubricas, é difícil afastar a suspeita de artificialidade que pesa sobre qualquer uma delas. O desafio seria, então, encontrar um modo de reconstruir o problema que permita unificar suas duas vertentes (causalidade e indução), preferencialmente numa perspectiva que permita uma continuidade entre ambas, mais do que uma simples justaposição ou união de interesses. Creio que isso possa ser feito. Para tanto, vou propor uma interpretação tanto do argumento original humeano quanto da resposta que ele merece no bojo do projeto crítico kantiano. Na primeira parte, analisarei o intrincado argumento que Hume desenvolve ao longo de virtualmente toda a terceira parte do livro inicial do *Tratado da Natureza Humana* (1739), argumento esse que interpreto como destinado à sustentação da possibilidade e, sobretudo, da necessidade de transitar entre esses dois modos de classificar a causalidade – da sua condição inicial de uma relação filosófica à condição de uma relação natural. Diante dessa dupla definição de causalidade, meu objetivo será ainda identificar uma justificativa pragmática para a permanência da definição filosófica após o próprio Hume tê-la declarado conceitualmente precária e parcial. As regras para ajuizar sobre causas e efeitos, estrategicamente colocadas ao final do longo argumento para a naturalização da causalidade, incluem parte dessa justificativa. Na segunda parte, analisarei a resposta de Kant a Hume, tomando-a, do mesmo modo, como duas respostas distintas: a primeira (causalidade) contida na "Segunda Analogia da Experiência" da *Crítica da Razão Pura* (1787) e a segunda (indução), principalmente, nos prefácios e na segunda parte ("Crítica da Faculdade de Juízo Teleológica") da *Crítica da Faculdade do Juízo* (1790). O fato de serem determinações de distintas faculdades deve ampliar as assimetrias entre ambas as perspectivas sobre a causalidade e, conseqüentemente, inviabilizar qualquer tentativa de unificá-las. Todavia, na medida em que a doutrina kantiana dos fins essenciais da razão seja encarada como um sucedâneo das regras humeanas, surge a possibilidade de uma justificação não-pragmática para os juízos de regularidade empiricamente verificadas.



Considerações acerca do Diálogo Mênon de Platão

Felipe Cardoso Martins Lima (PUC-PR)

Estamos diante de uma obra que apresenta dois aspectos importantes. Se por um lado o diálogo *Mênon* liga-se aos chamados diálogos socráticos, por outro lado, faz parte dos diálogos que encabeçam a transição para a fase posterior, denominada fase de maturidade. Dessa forma, buscar-se-á analisar os pontos centrais da obra em questão, sobretudo os conceitos de reminiscência e virtude. Seus pontos fundamentais consistem primeiramente na abordagem da possibilidade da virtude ser ensinada, bem como adquirida mediante exercício e ainda mais precisamente se essa virtude advém aos homens por natureza. Tais questões, entretanto, que se apresentam no início do diálogo são formuladas por Mênon e direcionadas à Sócrates. Há deste modo, uma tentativa de definição por parte de Sócrates do conceito de virtude, culminando, por sua vez, na aporia. Mas por outro lado, tal diálogo se lança em outra aporia, essa, porém, mais problemática, ou seja, sobre a própria possibilidade do conhecimento, entrando em cena o conceito de reminiscência, na medida em que pressupõe a imortalidade da alma. Desde já se vê que o método do conhecimento apresentado por Platão consiste na anámnese ou lembrança, a tarefa do indivíduo é partir das coisas para reconhecer nelas um ser que não se possui, mas que lhe provoque uma lembrança ou reminiscência das idéias antes contempladas pela alma. Conhecimento, portanto é lembrança. Sendo assim, o conceito de reminiscência revela a função que a obra *Mênon* adquire na transição para os diálogos de maturidade, e como motivação de discussão, assim se poderia apontar para uma pressuposição da teoria das idéias que estará estabelecida numa fase filosófica posterior. Por fim, retomando a discussão acerca da virtude, e depois de várias tentativas de defini-la, Sócrates a apresenta como sendo uma concessão divina, contudo deixa um espaço aberto para uma nova definição no que concerne a virtude em si mesma, o que comprova o completo estado de aporia pelo qual se encontra o presente diálogo.

Bibliografia:



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM

CONHECIMENTO E VERDADE

04, 05 e 06 de novembro de 2009

PLATÃO. *Mênon*. Trad . Maura Iglesias. Rio de Janeiro: PUC - Rio, 2001.



A Ascensão Dialética do Conhecimento Presente no Mito da Caverna de Platão

Edy Klévia Fraga de Souza (UFMT)

O problema do ser e do não-ser, levantado por Parmênides entre os séculos VI e V a.C., tornou-se o problema central entre os filósofos posteriores. No intuito de resolver esse problema, Platão descobre nada menos que as *idéias*, ou seja, o próprio ser das coisas enquanto são. Diante de tal descoberta, Platão apresentará um grande acervo teórico, onde sua investigação se dará em torno do próprio conhecimento e mais ainda, qual a possibilidade de alcançá-lo. Partindo desses pressupostos, pretende-se analisar o livro VII da República, especificamente o mito da caverna e qual sua analogia com a ascensão dialética para o conhecimento. No mito, há uma caverna com uma pequena abertura, onde alguns homens que ali vivem desde pequenos, acorrentados, não podem se mover e nem olhar para outro lado, a não ser para o fundo dessa caverna. Fora dela, há uma fogueira, no alto de uma colina, que se ergue por detrás dos prisioneiros. Entre o fogo e a caverna, há uma estrada ascendente, sendo que ao longo desta, há construído um pequeno muro. Por esse caminho, passam homens que levam todos os tipos de objetos e estatuetas e as sombras de tudo, se projetam sobre o fundo da caverna. Dentre esses homens, alguns seguem em silêncio, outros conversam entre si. Dessa forma, os acorrentados que só vêem as sombras, ao ouvirem essas vozes acreditam que procedem das próprias sombras. Porém, um desses prisioneiros, livre das correntes, contempla a realidade externa. Em um primeiro momento, seus olhos doem por causa da luz e ele quase nada vê; o sol quase o cega, mas pouco a pouco suas vistas vão se habituando. Primeiro ele consegue ver as sombras, em seguida as imagens das coisas refletidas nas águas e depois, as próprias coisas. De noite, veria o céu, a lua e as estrelas e no amanhecer, veria a imagem do sol refletida na água e por fim, depois de um longo esforço, poderia contemplar o próprio sol. Percebe-se aqui, em cada uma dessas etapas, a própria ascensão dialética para o conhecimento, ou seja, a caverna representa o próprio mundo sensível, uma realidade aparente que se divide em sombras e coisas, e, portanto, são constituídas de opiniões ou dóxa. Já o mundo exterior à caverna é o mundo inteligível. Esse por sua vez, é a realidade verdadeira formado pelos objetos matemáticos (*idéias*) e do discurso (*visão noética*) e manifestam-se através do *noûs*. Fica claro, portanto, que o conhecimento se dá em etapas: a primeira seria o indivíduo



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

sair da ilusão das próprias sombras; a segunda se dá no conhecimento dos objetos sensíveis o que resultaria numa crença; a terceira é o conhecimento dos objetos matemáticos; e por fim, a contemplação das idéias em si mesmo, que o levaria a contemplar a idéia do Sumo Bem. Eis, portanto, a investigação do presente trabalho.

Bibliografia:

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores).



Limites da inteligibilidade: há Idéia de matéria em Deus, segundo Tomás de Aquino e Boaventura?

Eduardo Vieira da Cruz (USS)

Se o conhecimento se divide em sensível e inteligível, a inteligibilidade admite por seu lado, suas próprias subdivisões. De maneira geral, a Escolástica e, mais particularmente, Tomás de Aquino admite cinco tipos de inteligibilidade, dos quais um se confundiria com a inteligibilidade enquanto tal: a *abstractio*, a *infusio* “natural” e a *infusio* pela graça, relativos aos homens; a *infusio* concomitante à criação, relativo aos anjos; e, enfim, a Idéia, tipo de inteligibilidade propriamente divina e, nesse sentido, relativo a Deus, mas que, ao coincidir com a extensão total do que se denomina conhecimento, estabelece, de modo absoluto (*simpliciter*), o próprio campo de inteligibilidade, sem o qual toda verdade carece de significação.

Tendo em vista os diversos problemas que a noção de matéria protagonizou ao longo da história da filosofia medieval, o presente estudo procura mostrar como Tomás – para quem todo conhecimento, inclusive o sensível, é absolutamente imaterial – e Boaventura – para quem o hilemorfismo universal se explica pela identificação estrita entre matéria e potência – logram responder a seguinte questão: é possível conhecer a matéria nela mesma, independentemente de sua relação com a forma? Em outras palavras, há uma inteligibilidade própria à matéria, ou essa afirmação já não traduziria uma subversão do conceito de verdade?

Bibliografia:

AQUINO, T. *Scriptum super libros Sententiarum magistri Petri Lombardi episcopi Parisiensis* (liber I et II) (Ed. P. Mandonnet). Paris: Lethielleux, 1929.

_____. *Summa Theologiae*. Madrid : B.A.C., 1994.

_____. *Somme Théologique* (trad. Aimon-Marie Roguet). Paris : Les éditions du Cerf, 1994-1996.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

- _____. *Suma Teológica*, v. I (trad. Carlos-Josaphat Pinto de Oliveira). São Paulo: Loyola, 2001.
- _____. *Quaestiones disputatae de veritate*. Roma: éd. Léonine, 1970-1974.
- _____. *De la vérité, Question 2 (La science en Dieu)*(Introduction, traduction et commentaire de Serge-Thomas Bonino OP, avec une préface de Ruedi Imbach). Paris-Fribourg: Editions du Cerf-Editions Universitaires de Fribourg, 1996.
- _____. *Questions disputées sur la vérité. Question X, L'esprit (De mente)* (Texte latin de l'édition Léonine, Introduction, traduction, notes et postface par Kim Sang Ong-Van-Cung). Paris: Vrin, 1998.
- BOAVENTURA, *Opera Omnia. In IV libros Sententiarum Commentarium* (éd. Collegii S. Bonaventurae). Claras Aquas: Quaracchi, 1882-1884 (t. I-IV). -
- _____. *Breviloquium II, Le monde créature de Dieu* (éd. bilingue; introduction et notes par Trophime Mouiren). Paris: Editions Franciscaines, 1967.
- _____. *Les six jours de la Création* (traduction, introduction et notes de M. Ozilou) (*L'Œuvre de saint Bonaventure*). Paris: Desclée/Cerf, 1991.
- BOUGEROL, J.-G. *Introduction à saint Bonaventure (A la Recherche de la vérité)*. Paris: Vrin, 1988.
- BOULNOIS, O. "Ce dont Dieu n'a pas idée, Problèmes de l'idéalisme médiéval (XIIIe-XIVe siècles)", in: O. Boulnois, J. Schmutz et J.-L. Solère (Ed.). *Le contemplateur et les idées. Modèles de la science divine, du néoplatonisme au XVIIIe siècle*. Paris: Vrin, 2002, p. 45-78.
- DELEUZE, G. *Spinoza et le problème de l'expression*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1968.
- FORREST, A. *La structure métaphysique du concret selon saint Thomas d'Aquin*. Paris: Vrin, 1956.
- GILSON, E. *La philosophie de Saint Bonaventure*. Paris: Vrin, 1953.
- HUBERT, B., "Immatérialité, intentionnalité et immanence du connaître", *Nova et vetera* 67 (1992), 24-47.
- LIBERA, A. *L'Unité de l'intellect. Commentaire du De unitate intellectus contra averroistas de Thomas d'Aquin*. Paris: Vrin, 2004.
- _____. *L'Art des généralités. Théories de l'abstraction*. Paris: Aubier, 1999.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

- MACKEN, R., "Le statut philosophique de la matière selon Bonaventure", *Recherches de théologie ancienne et médiévale* 47 (1980), 188-230.
- _____. "Le statut de la matière première chez Bonaventure", in: *BONAVENTURA. Studien zu seiner Wirkungsgeschichte* (Referate des Bonaventura-Kongresses vom 10-12 September 1974 in Münster/Westfalen). Werl-Westfalen: Dietrich-Coelde-Verlag, 1976, p. 94-103.
- MOREAU, J. *De la connaissance selon S. Thomas d'Aquin*. Paris: Beauchesne, 1976.
- MURALT, A. *Néoplatonisme et aristotélisme dans la métaphysique médiévale*. Paris: Vrin, 1995.
- RENAULT, L. *Dieu et les créatures selon Thomas d'Aquin*. Paris: PUF, 1995.
- ROBERT, P. *Hylémorphisme et devenir chez saint Bonaventure*. Montréal: Librairie saint François, 1936.
- SUAREZ-NANI, T. *Connaissance et langage des anges selon Thomas d'Aquin et Gilles de Rome*. Paris: Vrin, 2003.
- WÉBER, E.-H., O.P. *Dialogues et dissensions entre saint Bonaventure et saint Thomas d'Aquin à Paris (1252-1273)*. Paris: Vrin, 1974.



A concepção de Ciência segundo Waddington e suas Implicações no Ensino de Ciências

Gustavo Piovezan (UEM)

A discussão contemporânea sobre ciências foi realizada por vários homens e mulheres do século XX. Contudo, somente os nomes que tiveram maior representatividade e aceitação pela comunidade acadêmica chegam até nós. O resultado disso é que muitos trabalhos, de nomes que não se popularizam, ficam guardados nas bibliotecas das universidades. Suas idéias e pensamentos permanecem em silêncio até que sejam necessárias novas concepções epistemológicas e ou metodológicas para o pensar em ciência. Neste sentido é que se propõe este artigo, apresentar a concepção de ciência de Conrad Hal Waddington e evitar talvez que ela seja esquecida nas estantes das bibliotecas, quando, ao contrário, pode ser utilizada como uma perspectiva epistemológica ou metodológica para a investigação científica. O texto possui três momentos: o primeiro é uma breve descrição da discussão filosófica da ciência em que Waddington estava inserido, o segundo momento constitui-se na apresentação da concepção de Waddington e, por fim, no terceiro momento têm-se algumas possíveis implicações deste tipo de discussão relacionadas ao ensino de ciências.

Bibliografia:

BELLINI, Luzia Marta. A evolução dos evolucionistas. In: NEVES, Marcos César Danhoni e SILVA, Josie Agatha Parrinha (org.). *Evoluções e revoluções: o mundo em transição*. Maringá: Massoni, 2008.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DANHONI NEVES, M.C.; SAVI, Arlindo Savi (orgs.). *De Experimentos, Paradigmas e Diversidades no Ensino de Física*. Maringá: Massoni, 2005.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

- GEYMONAT, Ludovico. *Storia del pensiero filosofico e scientifico: volume primo L'antichità – il medioevo*. Milano: Garzanti, 1970.
- LOPES, A. C.; MACHADO, E. *Políticas de currículo em múltiplos contextos*. São Paulo: Cortez, 2006.
- NUÑEZ, Isauro Beltrán; RAMALHO, Betania Leite (orgs.). *Fundamentos do ensino-aprendizagem das ciências naturais e da matemática: o novo Ensino Médio*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- PIAGET, Jean. *Biologia e conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos*. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1996.
- REALE, Giovanni. *História da filosofia: do romantismo até nossos dias*. São Paulo: Paulus, 1991.
- ROSA, Luiz Pinguelli. *Tecnociências e humanidades: novos paradigmas, velhas questões, v.2: a ruptura do determinismo, incerteza e pós-modernismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- SOCHOR, Lubomir; et. al. *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: problemas da cultura e da ideologia*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio n. Henriques, Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WADDINGTON, Conrad Hal. *Instrumental para o pensamento*. Tradução de Borisas Cimbleiris. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- _____. *El animal ético*. Buenos Aires: Editora Universitaria de Buenos Aires, 1963.
- WATSON, James D. *DNA: o segredo da vida*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



O Conhecimento Estético, em Schopenhauer

Guilherme Marconi Germer (Unicamp)

O livro III da obra capital de Schopenhauer, *Die Welt als Wille und Vorstellung*, tem como tema o *esclarecimento metafísico último do conhecimento estético*. Analisar e interpretar a resposta do filósofo a tal questão é o objetivo de nossa comunicação. Introduzamos seus conceitos principais: Schopenhauer entende que todo conhecimento se inicia com a divisão de sujeito e objeto. Destarte, o fenômeno estético tem, para ele, como lado objetivo, o belo, análogo ou correspondente às *Idéias platônicas*, e, como lado subjetivo, o contemplador, a saber, o puro sujeito do conhecimento destituído de Vontade. Tal correlação de sujeito e objeto o filósofo confronta e assevera elevar-se sobre a conhecimento ordinária ou científica, a saber, a que se subordina ao princípio de razão suficiente, cuja expressão geral é a seguinte: “*Nada é sem uma razão pela que é*”. Segundo Schopenhauer, essa conhecimento tem, pelo lado subjetivo, o indivíduo, cujo conhecimento é de todo originado e regido pela Vontade, essencialmente carente, insatisfeita ou tediosa, e pelo lado objetivo, os fenômenos fundamentalmente *relativos, fugazes, repetitivos* – existentes tão somente em seu vínculo com outras representações e com o sujeito do conhecimento, e no tempo – esse “algo essencialmente desvanecedor, que não perdura”, “mediante o qual podem caber às mesmas coisas propriedades contrárias” e no qual, portanto, “todo ser é ao mesmo tempo um não ser” (idem, §33). Em face disso, o filósofo compara os fenômenos do princípio de razão a “inumeráveis e violentas gotas de uma cachoeira, sempre passageiras e que por nenhum instante se detêm”, mas acrescenta que sobre elas permanece, porém, um “sereno e pacífico arco-íris” (idem, § 36); a saber: precisamente as Idéias de Platão, objetos atemporais, arquetípicos, puros, antecedentes e em algum sentido condições da multiplicidade fenomênica, livres das formas do princípio de razão, e que preenchem tão somente a forma mais geral da representação: a de ser objeto para um sujeito (*Das Objekt-für-ein-Subjekt-Sein*). Tais Idéias são, para Schopenhauer, a objetivação adequada ou perfeita da coisa em si – a qual, por sua vez, é aquilo que experimentamos em nós como *toto genere* distinto de representação, imediata e primariamente, a saber, a Vontade. Estas Idéias, portanto, conforme o pensador, consistem no lado objetivo (o belo) da contemplação estética, a qual se completa com seu lado subjetivo (correlato



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

necessário daquelas): o puro sujeito do conhecimento. Esse, no breve instante em que frui a beleza, nela se perde, se dissolve, se espelha, se unifica, e com isso se liberta de sua individualidade, relatividade, unilateralidade, dor, sofrimento e submissão à Vontade. Esta capacidade do sujeito do conhecer se libertar do querer e calar a sua própria essência, a Vontade, é um fenômeno que só ocorre no homem. Unicamente ao seu esclarecimento Schopenhauer volve a sua metafísica do belo; e a ele endereçamos a nossa atenção em nossa comunicação.

Bibliografia:

BARBOZA, Jair. *Schopenhauer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

BARBOZA, Jair. *A Metafísica do Belo de Arthur Schopenhauer*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

BARBOZA, Jair. Apresentação – Um livro que embriaga. In: Jair Barboza (Org.). *O Mundo como Vontade e como Representação*. Tradução: Jair Barboza. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p 7-19.

BIRD, Graham. *The Revolutionary Kant*. Chicago: Carus Publishing Company. 2006.

CACCIOLA, Maria Lúcia M. O. *Schopenhauer e a Questão do Dogmatismo*, São Paulo: Edusp, 1994. 184p.

CLARK, Maudemarie. On Knowledge, Truth, and Value: Nietzsche's Debt to Schopenhauer and the Development of his Empirism. In: Christopher Janaway. *Willing and Nothingness*. Oxford: Oxford University Press, 1999. P. 37-79.

E. CARTWRIGHT, David. Schopenhauer's Narrower Sense of Morality. . In: Christopher Janaway (Org.). *The Cambridge Companion To Schopenhauer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

GARDINER, Patrick. *Schopenhauer*. Bristol: Thoemmes Press, 1997.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

- GARDINER, Sebastian. Schopenhauer Will and the Unconscious. In: Christopher Janaway (Org.). *The Cambridge Companion To Schopenhauer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Reflexões sobre a Noção de Mal Radical. *Studia kantiana*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 183-202, setembro / 1998.
- HORKHEIMER, Max. Die Aktualität Schopenhauers, In: Gunzelin Schmid Noerr (Org.). *Gesammelte Schriften*, Frankfurt, 1984, vol. 7, p. 122-142.
- HORKHEIMER, Max. Schopenhauer Today. *Schopenhauer: His Philosophical Achievement*, Ed. Fox.
- JANAWAY, Christopher. *Schopenhauer*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- JANAWAY, Christopher. *Self and World in Schopenhauer's Philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- JANAWAY, Christopher. Will and Nature. In: Christopher Janaway (Org.). *The Cambridge Companion To Schopenhauer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Pág. 138-171.
- JANAWAY, Christopher. Schopenhauer as Nietzsche's Educator. In: Christopher Janaway. *Willing and Nothingness*. Oxford: Oxford University Press, 1999. P. 13-37.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*, tradução Valério Rohden, São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, tradução: Paulo Quintela, São Paulo: Abril, coleção Os Pensadores, vol. 25, 1974.
- KANT, Immanuel. *Prolegômenos*, tradução Valério Rohden, São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- LEFRANC, Jean. *Compreender Schopenhauer*, tradução: Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. 231 p.
- MAGEE, Bryan. *Schopenhauer*, Coleção Teorema, serie mayor.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM

CONHECIMENTO E VERDADE

04, 05 e 06 de novembro de 2009

- MAGEE, Bryan. A Filosofia de Schopenhauer, in: B. Magee, *Confissões de um Filósofo*, Tradução: Waldéa Barcellos, São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MANN, Thomas. *Schopenhauer, Nietzsche, Freud*. Tradução: Andrés S. Pascual. Madrid: Alianza Editorial, 2008.
- MATTEO, Vincenzo di. *Schopenhauer e Freud: Afinidades Eletivas?* Salvador: II Colóquio Schopenhauer, Palestra do dia 10/11/2003.
- NICHOLLS, Moira. The Influence of Eastern Thought on Schopenhauer's Doctrine of the Thing in Itself. In: Christopher Janaway (Org.). *The Cambridge Companion To Schopenhauer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O Nascimento da Tragédia no Espírito da Música*. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Abril Cultural, coleção Os Pensadores, Vol. 32, 1974, p. 13-37.
- PASCAL, Georges. *Compreender Kant*. Tradução: Raimundo Vier. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, 206p.
- RIBOT. *La Philosophie de Schopenhauer*, Germer Baillière, 1874.
- ROGER, Alain. Prefácio. In: Maria Lúcia Cacciola (Org.). *Sobre o Fundamento Da Moral*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001. p 7-85.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O Mundo como Vontade e como Representação*, tradução: Jair Barboza, São Paulo: Editora Unesp, 2005. 695p.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *The World as Will and Representation, Volume II*, Tradução: E. F. J. Payne, New York: Dover Publications, 1958.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *De la Cuádruple Raíz del Principio de Razón Suficiente*, tradução: Leopoldo Eulogio Palacios, Madrid: Editorial Gredos, 1998. 230p.
- SCHOPENHAUER, Arthur. Crítica à Filosofia Kantiana, In: Jair Barboza. *O Mundo como Vontade e como Representação*, tradução: Jair Barboza, São Paulo: Editora Unesp, 2005. p521-665.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

- SCHOPENHAUER, Arthur. Die Welt als Wille und Vorstellung In: Wolfgang Frhr. von Löhneysen. *Sämtliche Werke in fünf Bänden*. Suhrkamp: Stuttgart/Frankfurt am Mein, 1986.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre o fundamento da moral*, tradução: Maria Lúcia de Mello Oliveira Cocciola, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001. 226 p.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre la Libertad de la Voluntad*, tradução: Eugenio Ímaz, Madrid: Alianza Editorial, 2002. 199p.
- SCHOPENHAUER, A. Prólogo a Os Dois Problemas Fundamentais da Ética, In: Ángel Garibondo. *Sobre La Libertad De La Voluntad*. Tradução: Eugenio Ímaz. Madrid: Alianza, 2002. p 167-194.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Über das Fundament der Moral*, Stuttgart / Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Über die Freiheit des Willens*, Stuttgart / Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Parerga e Paralipomena*, tradução: Wolfgang Leo Maar, São Paulo: Abril Cultural, coleção Os Pensadores, Vol. 31, 1974.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Parerga and Paralipomena, Vol. II*. Tradução: J. Payne, Oxford: Oxford Univesrity Press, 2000.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Metafísica do Belo*, tradução: Jair Barboza, São Paulo: Editora Unesp, 2003. 249p.
- SIMMEL, Georg. *Schopenhauer y Nietzsche*, tradução: Francisco Ayala, Buenos Aires: Terramar Ediciones,
- TANNER, Michael. *Schopenhauer, Metafísica e Arte*, Tradução: Jair Barboza, São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- ZÖLLER, Günter. Schopenhauer on the Self. In: Christopher Janaway (Org.). *The Cambridge Companion To Schopenhauer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM

CONHECIMENTO E VERDADE

04, 05 e 06 de novembro de 2009



Ceticismo e Busca pela Verdade em Descartes

Edgard Vinícius Cacho Zanette (Unioeste - Capes/CNPq)

A Dúvida Metódica com seus argumentos céticos introduz e ajusta a investigação da verdade a partir de uma reconstrução ordenada do conhecimento. Sua perspectiva é desenvolver um método cético capaz de explorar de forma sistemática o próprio limite do ato de duvidar. Como sabemos esses limites em princípio são indeterminados e obscuros, pois somente serão determinados ao final de todo o processo de duvidar. É natural que isto ocorra deste modo, considerando que se Descartes iniciasse a dúvida com uma plena confiança em seus princípios que já seriam considerados válidos haveria claramente uma infração grave de petição de princípio. Neste caso o papel do ceticismo em Descartes não é o de um fim em si mesmo, mas o meio pelo qual ao duvidar seriamente de tudo abre-se o caminho para a descoberta de uma verdade indubitável, o *cogito*. O *cogito* seria a mediação a partir da qual seria possível provar a existência de Deus, levando a determinar objetivamente a própria validade dos conhecimentos claros e distintos, e por fim, a própria existência dos corpos, e do mundo material na 6ª Meditação. Mas antes desse percurso que se encerra na 6ª Meditação cabe permanecer na 1ª Meditação e indagar que se efetivamente é tomada a decisão de empreender uma definitiva prova do conhecimento, como é possível executar tal prova se não há confiança alguma nos princípios que a organizam? Dizendo de outro modo, com quais instrumentos epistemológicos o meditador poderá trabalhar para realizar uma crítica aos antigos critérios de julgamento que ele possuía em busca de novos? A proposta do presente trabalho é investigar como é possível a Dúvida Metódica realizar uma análise crítica de todo o conhecimento do condutor da dúvida sem ter ao menos um único princípio imediatamente dado que organizaria os elementos que a constituem.

Bibliografia:



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

BATTISTI, César Augusto. *O método de análise em Descartes: da resolução de problemas à constituição do sistema do conhecimento*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. (Série estudos filosóficos; n. 5)

DESCARTES et la question du sujet / coordonné par: Kim Sang Ong-Van-Cung. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

DESCARTES, René. *Discurso do Método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas*. 2 ed. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. *Princípios da Filosofia*. Tradução: João Gama. Lisboa, Edições 70, 1997.

_____. *Regras para a direção do espírito*. Tradução: João da Gama. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. *Obras Filosóficas*. (Objeciones) - Introducción: Étienne Gilson. Versión española: Manuel de La Revilla. Buenos Aires: Editorial El Ateneu, 1945.

FORLIN, Enéias. *A Teoria cartesiana da verdade*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Ijuí: Editora Unijuí/ Fapesp, 2005. (Coleção Filosofia; 14).

_____. *O argumento cartesiano do sonho*. In: Discurso. Revista do Departamento de Filosofia da Usp. São Paulo: E. Discurso Editorial, n. 32, 2001. 235-248.

_____. *O papel da Dúvida Metafísica no processo de constituição do cogito*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

GUEROULT, Martial. *Descartes selon l'ordre des raisons*. Paris: Montaigne, 1968, 1 vol.

LANDIM FILHO, Raul Ferreira. *Evidência e Verdade no sistema cartesiano*. São Paulo: Loyola, 1992.

Edições Loyola, 2006. (Coleção Leituras Filosóficas)

POPKIN, Richard H. *História do Ceticismo de Erasmo a Spinoza*. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

PORCHAT, O. *Ainda é Preciso ser Cético*. In: Discurso. Revista do Departamento de Filosofia da USP. São Paulo: Discurso Editorial, n. 32, 2001.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM

CONHECIMENTO E VERDADE

04, 05 e 06 de novembro de 2009

. *Vida Comum e Ceticismo*. São Paulo, Brasiliense, 1993.



A Crítica de Hume à Concepção Tradicional de Conhecimento

Claudiney José de Sousa (UEL/UFPR)

Um dos problemas centrais para as análises epistemológicas clássicas sobre a noção de ‘conhecimento’ é determinar as condições que uma *crença* deve atender para que estejamos justificados a aceitá-la como verdadeira (Kim, 1988, pág. 381). Isso nos permitiria identificar, de modo *a priori*, as ditas ‘crenças básicas’, a partir das quais poderíamos derivar todas as crenças restantes que comporiam o edifício seguro do conhecimento (ex.: a teoria do conhecimento cartesiana). É a partir desse fundamento teórico que a chamada “concepção tradicional de conhecimento” tende a definir ‘conhecimento’ enquanto uma noção superior de opinião ou crença que, mesmo considerada verdadeira, careceria ainda de um do elemento fundamental: a *justificação* ou *explicação racional*. Esse problema já fora sistematizado desde o Diálogo *Teeteto* de Platão mediante a noção de que conhecimento é “opinião verdadeira acompanhada de explicação racional” (Teeteto. 201 d) e recebera novas formulações na epistemologia contemporânea, contudo, mantendo aquela idéia original numa definição tripartite de conhecimento: “conhecimento é crença verdadeira justificada” (Chisholm, 1969). Disso resulta que ‘crença’ pode ser considerada, no máximo, como “fonte de certeza cognitiva não-justificada” (Albieri, 2005, pág. 79), sem valor epistêmico, ou seja, ‘crença’ seria um mero estado subjetivo de convicção, com papel coadjuvante na formação da noção de ‘conhecimento’, uma vez que, diferentemente desse último, não recebera ainda nenhum tipo de *justificação racional*. Diante dessa problemática, nosso propósito é mostrar como Hume se afasta totalmente dessa concepção tradicional de conhecimento em sua doutrina da crença (T.1.3.7-10 e EHU. 5) ao propor, a partir de sua distinção entre ‘conhecimento’ e ‘probabilidade’ (T.1.3.1-2) que crença não é um ingrediente para o conhecimento, mas um complemento do mesmo” (Chibeni, 2005, pág. 1-17) porque é de uma categoria distinta, a cargo de uma faculdade mental distinta (imaginação). Segundo Hume, uma vez que nossas crenças legítimas recebem seu estatuto epistêmico da experiência, prescindem de uma *justificação racional*.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM

CONHECIMENTO E VERDADE

04, 05 e 06 de novembro de 2009

Bibliografia:

ALBIERI, S. Crença e aceitação: a teoria humeana da crença como conhecimento confiável. In: GUIMARÃES, L. (org.), *Ensaio sobre Hume*, Belo Horizonte: Editora Segurac, 2005.

CHIBENI, S. S. Hume e as crenças causais. Trabalho apresentado na XVI Jornadas de Epistemologia e História de la Ciência, Córdoba, Argentina, em outubro de 2005, pag. 1-17

CHISHOLM, R. M. *Teoria do Conhecimento*. [trad.: Álvaro Cabral]. Zahar Editores:Rio de Janeiro. 1969

HUME, D. *A Treatise of Human Nature*. David Fate Norton and Mary J. Norton (ed). Oxford: University Press, 2005.

HUME, D. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Tom L. Beauchamp (ed). Oxford: University Press, 1999.

KIM, J. What is “Naturalized Epistemology?”. *Philosophical Perspectives*, v.2, 1988, pp. 381-405.

PLATÃO. *Teeteto, o de la ciência*. [Trad. José Antonio Miguez], Buenos Aires:Aguilar, 1963.



Hume: Cético ou Naturalista? Análise da origem das crenças epistêmicas no homem

Donizeti Aparecido Pugin Souza (PUC-PR)

Ao observarmos com atenção os atuais estudos acerca da epistemologia de David Hume (1711-1776), perceberemos que duas correntes, diversas, predominam entre seus pesquisadores. Uma afirma ser Hume um cético, outra, ser ele um naturalista. Isso se dá ao analisarmos as obras e o pensamento do autor sob perspectivas diferentes. Para tentarmos compreender melhor essa divergência, tomemos por base a *Investigação acerca do Entendimento Humano*.

Para Hume, todo conhecimento passa pelas sensações, que são percepções do espírito, divididas em duas classes: as ideias e as impressões; as impressões que temos dos objetos ficam reservadas em nossa mente, de onde surgirão as lembranças dessas impressões, isto é, as ideias. É na memória que se alojam as ideias que obtemos por meio de impressões, e são utilizadas pela imaginação, que, num processo de associação de ideias simples, formam ideias complexas. Este processo se dá por meio de três princípios: a semelhança, a contiguidade e a causalidade.

Ao desenvolver detalhadamente as relações de causalidade, e comprovar que não há relação direta entre dois fenômenos, mesmo estes acontecendo simultaneamente, Hume percebe que nossas crenças, que são derivadas dessa relação causal, não passam de ilusão e fruto da mente humana. Isso se dá, afirma, pelo princípio do hábito, originado da repetição de determinados eventos, simultaneamente e nas mesmas circunstâncias. A partir dessas considerações, a filosofia humeana passa a ser vista tanto como cética quanto naturalista. Cética por não mais considerar a certeza das “evidências” de nossas crenças, reduzindo-as a probabilidades; e naturalista por conservar na mente humana todo o princípio da atividade cognoscitiva.

Esse ceticismo, porém, não deve ser entendido como o pirrônico e exagerado, que até o próprio Hume critica, mas, como ele mesmo define, acadêmico ou mitigado, isto é, aplicado apenas às inferências causais. Quanto ao seu aspecto naturalista, este também não pode ser concebido como total, pois com isso cairíamos em um psicologismo, atribuindo à mente plena responsabilidade pelo conhecimento, descartando o auxílio dos



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM

CONHECIMENTO E VERDADE

04, 05 e 06 de novembro de 2009

sentidos, que são indissociáveis de seu pensamento. Deste modo, quaisquer que sejam as tendências assumidas no estudo da epistemologia humeana, estas não devem ser tomadas de modo pleno, mas apenas relativo às relações de causalidade.

Bibliografia:

HUME, David. *Investigação acerca do Entendimento Humano*. Lisboa: Edições 70, 1985.

LANDESMAN, Charles. *Ceticismo*. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Loyola, 2006.

SMITH, Plínio Junqueira. *O ceticismo de Hume*. São Paulo: Loyola, 1995.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM

CONHECIMENTO E VERDADE

04, 05 e 06 de novembro de 2009

A Teoria Kantiana do Simbolismo como Solucionadora dos Problemas Sistêmicos e Práticos da Razão

Fabiano Queiroz da Silva (Unicamp)

Neste trabalho, temos por meta uma investigação do papel do procedimento analógico, que constitui o núcleo metodológico da simbolização, utilizado por Kant, no tratamento de duas idéias da razão, a saber, forças fundamentais e Deus. As duas primeiras serão trabalhadas a partir do *Apêndice à Dialética Transcendental da Crítica da Razão Pura*. Posteriormente, trataremos novamente da segunda idéia, mas, desta vez, não mais no âmbito teórico. A análise será realizada no âmbito prático. Para tanto, consultaremos a interpretação de Perez, um leitor de Caimi.

Bibliografia:

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural (Os pensadores), 1983.

BECKENKAMP, Joãozinho. *Simbolização na filosofia crítica kantiana. Kant e-Prints*. Campinas: Sociedade Kant Brasileira, Seção Campinas, vol. 1, nº 1, 2002, p. 1-8.

KANT, Immanuel. *Kritik der reinen Vernunft*. In: *Werke*. Editadas por W. Weischedel. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2005, vol. II.

_____. *Crítica da Razão Pura*. Trad: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Trad: Valerio Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LEBRUN, Gerard. *Kant e o fim da Metafísica*. Trad: Carlos Alberto Ribeiro da Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1993.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

LOPARIC, Zeljko. *A Semântica Transcendental de Kant*. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2005.

_____. *Os problemas da razão e a semântica transcendental*. In: Daniel Omar Perez. (Org.). *Kant no Brasil*. São Paulo: Editora Escuta, 2005b, v. 1, p. 213-229.

_____. *Kant e o Ceticismo*. *MANUSCRITO: Revista Internacional de Filosofia*, Campinas, 1988, XI, 2, p. 67 - 83.

OSIANDER, Andreas. *Prefácio ao 'De Revolutionibus Orbitum Coelestium' de Copérnico*. Tradução, introdução e notas de Zeljko Loparic. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, Campinas, 1980, Série 1, vol. 1, n. 1, p. 44-61.

PEREZ, Daniel Omar. *Kant e o problema da significação*. Curitiba: Editora Champagnat, (Col. Pensamento Contemporâneo 1), 2008.



A Possibilidade da Objetividade do Conhecimento na Dedução Transcendental

Juliano Tomasel (Unioeste)

Esta exposição aborda o problema da objetividade do conhecimento a partir da *Dedução Transcendental* de Immanuel Kant. A argumentação presente na *Dedução* tem o intuito de asseverar objetividade ao conhecimento humano, em uma resposta direta à negação do *apriorismo* cognitivo por parte dos céticos. É com a *Dedução* que Immanuel Kant pretende demonstrar como o *sujeito transcendental* carrega consigo a possibilidade de sintetizar, *a priori*, o conteúdo empírico, subsumindo objetos em conceitos puros do entendimento. Sendo a sensibilidade o único modo possível de conectar-se imediatamente ao mundo externo por meio das formas puras das intuições do espaço e do tempo, o nosso modo imediato de intuir o que está fora de nós é, genuinamente, sensível e não intelectual. A questão será, então, provar como é possível conhecimento objetivo acerca dos objetos, se a relação imediata com os mesmos é somente sensível. Uma vez que a única forma de relação imediata com objetos é sensível, qualquer correspondência conceitual será sempre uma inferência mediada, o que nos leva a concluir que a objetividade requerida pelo conhecimento dependerá de algo que não pertence exclusivamente ao próprio objeto. Em outras palavras, de que forma falar de objetividade através de conceitos, se conceitos são propriedades do sujeito e não do objeto?

Kant entende que o ato de ter conhecimento depende do ato de estar consciente deste conhecimento. É a consciência originária (*apercepção originária*) que, por ser uma e idêntica, ao inferir o “eu penso” permite a consciência empírica das representações. Além disso, o poder de *síntese* do múltiplo da intuição é um ato de espontaneidade do sujeito, seja na ligação entre conceitos ou na síntese realizada pela *capacidade da imaginação* representando objetos *a priori*. Por fim, pelo *esquema transcendental* dos conceitos puros do entendimento Kant busca garantir a objetividade do conhecimento, donde o tempo como forma pura das representações internas da sensibilidade compreende a dimensão sensível e *a priori* do conhecimento.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

Bibliografia:

ALMEIDA, G. A. de. “Consciência de si e conhecimento objetivo na 'Dedução Transcendental' da *Crítica da Razão Pura*”. In: *Analytica* vol. 1, no. 1., 1993.

_____. “A 'Dedução Transcendental': o cartesianismo posto em questão”. In: *Analytica* vol. 3, no. 1, 1998.

KANT, I. *Crítica Da Razão Pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo, SP: Nova cultural, 1996.

_____. *Prolegómenos A Toda Metafísica Futura: Que Queira Apresentar-se Como Ciência*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

LANDIM, R. “Do *eu penso* cartesiano ao *eu penso* kantiano”. In: *Studia Kantiana* vol. 1, no. 1, 1998.



Crítica Da Razão Pura: A temática do conhecimento em Immanuel Kant

Diego Carvalho Dias (PUC-PR)

Tendo em vista toda a perspectiva do conhecimento abordada no pensamento de Kant, sobretudo em sua mais celebre obra, a sua *Crítica a Razão Pura*, apresentarei alguns pontos nos quais está centrada toda questão epistemológica do pensamento do autor.

Kant divide a *Crítica da Razão Pura*, em três grandes momentos, em cada um deles vai construindo sua teoria epistêmica, que para ser compreendida, exige dos leitores uma leitura metódica e reflexiva, aliada é claro, a um conhecimento prévio do vocabulário hermético utilizado na obra.

Em um primeiro itinerário partiremos da tese levantada por Kant na primeira parte da *crítica*, a *estética transcendental*. Esta tese diz respeito a toda e qualquer forma de captação de informações através de nossos sentidos, sobre isso o autor afirma que: somente “pela sensibilidade, nos são dados objetos e apenas ela nos fornece *intuições*; pelo entendimento, em vez, os objetos são *pensados* e dele se originam os conceitos.” Fica enunciado dessa forma a problemática do conhecimento que será adiante apresentada. Com isso partiremos do pressuposto kantiano de que as informações nos são dadas fenomenicamente de maneira caótica, ou seja, os sentidos captam as informações em sua forma pura, o que significa dizer, que o papel do intelecto seria organizar essas informações de uma forma que proporcione sentido as coisas. Com isso procuraremos responder a questão: como podemos conhecer?

O segundo grande momento da *Crítica da Razão Pura*, se encontra na *analítica transcendental*. Para seguirmos o raciocínio metódico de Kant, neste ponto da obra, devemos ter em vista, que além da sensibilidade, temos em nós outra grande fonte de conhecimento: o *intelecto*. Neste sentido, Kant afirmará que somente através da faculdade do *intelecto* é que os objetos dados pela sensibilidade podem ser pensados. A partir dessa tese poderemos dizer que, o termo *Analítica*, deve ser entendido não como análise dos conceitos, método empregados nas pesquisas filosóficas, mas sim como decomposição da faculdade intelectual, a fim de buscar a gênese dos conceitos *a priori*. Ao afirmar que a faculdade do *intelecto* é o ponto de convergência, ou melhor, o



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

responsável pelo fenômeno do “pensar” Kant promove uma grande virada epistemológica, onde o sujeito passa a ser visto de modo transcendental frente aos objetos, pois não é mais o sujeito quem precisa se adequar as categorias do objeto, mas o objeto se adequar as categorias do pensamento do sujeito.

Após fundamentar todo o processo epistêmico que nos leva a pensar conceitualmente de forma pura, Kant direciona o foco de sua pesquisa a outro grande problema, pois percebe que os conceitos puros do intelecto permanecem vazios fora experiência possível. Destarte, quando a razão em seu sentido puro passa a se valer desses conceitos vazios para ir além da experiência real acaba caindo em diversos erros, ou em uma série de ilusões. Para escapar dessas ilusões necessitaríamos submetê-las a uma crítica. Essa crítica é definida pelo autor como *dialética transcendental*, ou seja, faculdade do intelecto que submete os conceitos puros a uma análise minuciosa, tendo por objetivo, o pensamento além da experiência possível, livre de erros e ilusões.

Bibliografia:

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Valério Rohden e Udo Bauldur Moosburger. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM

CONHECIMENTO E VERDADE

04, 05 e 06 de novembro de 2009

A Concepção Pragmática de Conhecimento: um estudo da filosofia de John Dewey

Rodrigo Augusto de Souza (UEM)

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a concepção pragmática de conhecimento na filosofia deweyana. Com essa intenção, vamos aos fundamentos de sua concepção filosófica. Para uma compreensão das idéias de John Dewey (1859-1952), se faz necessário um estudo da epistemologia que permeia o seu pensamento. Sendo assim, essa investigação procura apresentar os fundamentos epistemológicos do pragmatismo deweyano. Para tanto, a obra de Dewey será entendida no contexto do pragmatismo norte-americano, no qual o filósofo está inserido ao lado de Charles Peirce (1839-1914) e William James (1842-1910). Seu pensamento pode ser entendido como um humanismo naturalista, ou ainda, como um naturalismo humanista. Em sua obra *Filosofia em Reconstrução* (1920), Dewey apresenta a necessidade de reconstruir o pensamento filosófico pelo viés da experiência. Dirigindo suas críticas à tradição filosófica ocidental, John Dewey argumenta que a filosofia, ao longo de sua história, se constituiu como um pensar “à margem da vida”. Dewey procura estabelecer uma conexão entre a filosofia e a vida. A filosofia tradicional, na sua busca pela certeza, pela verdade, almejou uma realidade imutável. Em seu projeto filosófico, a certeza dá lugar à investigação, tal como está descrito no livro: *Lógica: A Teoria da Investigação*, publicado por Dewey em 1940. De acordo com a visão deweyana, o método filosófico não possui uma forma rígida e tão pouco rigorosa. Ele assume uma feição instrumental de adaptação do homem, como organismo vivo, em seu ambiente natural, para adequá-lo segundo seus interesses individuais e também coletivos. Essa aproximação da filosofia com a natureza pela mediação da experiência é defendida por Dewey na obra *Experiência e Natureza*, de 1929. Nessa perspectiva, a filosofia se torna a própria expressão da experiência realizada na natureza. Ela é uma forma de significação da natureza. Ao conferir sentido à vida, ao servir aos indivíduos e à comunidade, a filosofia tem seu significado pragmático.

Bibliografia:



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM

CONHECIMENTO E VERDADE

04, 05 e 06 de novembro de 2009

AMARAL, Maria Nazaré de C. Pacheco. *Dewey: Filosofia e Experiência Democrática*.

São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990.

BARBOSA, Ana Mae. *John Dewey e o Ensino da Arte no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, Marcus Vinícius. *John Dewey: Uma Filosofia para Educadores em Sala de Aula*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *John Dewey: A Utopia democrática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DEWEY, John. *A Arte como Experiência*. São Paulo: Abril Cultural, 1980

_____. *A Filosofia em Reconstrução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

_____. *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

_____. *Democracia e Educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. *Experiência e Natureza*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. *Lógica: A Teoria da Investigação*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

JAMES, William. *Ensaio de Empirismo Radical*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. *O Significado da Verdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

_____. *Pragmatismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

OZMAN, Howard A. & CRAVER, Samuel M. *Fundamentos Filosóficos da Educação*.
Porto Alegre: Artemed, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. *O Método Anticartesiano de C. S. Peirce*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SHOOK, John R. *Os Pioneiros do Pragmatismo Americano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM

CONHECIMENTO E VERDADE

04, 05 e 06 de novembro de 2009

Adorno, ou a Verdade como percurso

Christy Ganzert Pato (PUC-SP/USP)

Numa passagem famosa da Dialética Negativa, Adorno assevera que “a dialética opõe-se tão abruptamente ao relativismo quanto ao absolutismo; não é buscando uma posição intermédia entre os dois, mas, ao contrário, passando aos extremos, partindo da idéia deles, que ela procura mostrar sua não-verdade”. Ou seja, afirmar a verdade enquanto um absoluto definível e discernível positivamente, da mesma forma que negá-la radicalmente enquanto princípio, seriam ambos procedimentos mistificantes. A verdade, portanto, só apareceria no resíduo mesmo do movimento de negação de ambas as idéias. Sua posição somente estaria dada pela negação determinada daquilo que se pretende verdade.

Ainda assim, no entanto, como se dá efetivamente esse percurso de negação? O problema que se põe refere-se não a como podemos dizer algo sobre o mundo, mas sobre como dizer o mundo. Como refletir, portanto, sobre a linguagem, dado que ela não é apenas um objeto mas, ao mesmo tempo, e sempre, o próprio meio de se acessar o objeto? Não podendo existir como coisa nem ser posta como objeto, e sendo simultaneamente condição de qualquer pensamento, a linguagem só pode ser pensada como totalidade. Ela não parece ter exterior. “Tudo está dentro. Por mais que se tente pô-la à distância. Ela ainda está ali, ela já está ali” (WOLFF, Francis. *Dizer o Mundo*. São Paulo: Discurso, 1999). Tal como a consciência, não podemos pensar a linguagem sem que o façamos por ela mesma. Ela não pode ser objeto sem ser ao mesmo tempo agente. Nunca podemos, portanto, saber o que são a linguagem ou a consciência em si mesmas, já que só as sabemos por elas mesmas.

Mas se linguagem e consciência são totalidades, o mundo de que elas falam é também o mundo que fala através delas. Enquanto totalidades, linguagem e consciência são os estruturantes de um mundo que as estrutura. Dizer algo sobre a linguagem ou a consciência é uma circularidade na qual ainda que esses objetos mesmos continuamente nos escorram pelos dedos, inatingíveis, seus contornos só são perceptíveis pelo próprio movimento de alcançá-los, à lá Sísifo. Ao dizer o mundo, ou a consciência, ou a linguagem, não nos importa, portanto, o objeto que se quer definir, mas a forma pela



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

qual se tenta defini-lo. É no percurso, e não no objeto final, que o mundo aparece de fato, como estruturante, como essência.

Em seu “O ensaio como forma”, Adorno nos convoca justamente a esta renúncia à delimitação do objeto. É no “como” da expressão, e não nos “significados conceituais decretados de maneira definitiva” que podemos dizer o mundo. Um pensamento se apresenta, portanto, como profundo “por se aprofundar em seu objeto, e não pela profundidade com que é capaz de reduzi-lo a uma outra coisa”. O “como” se põe, assim, como *forma*, como o modo de manifestação da essência do mundo. Eis o percurso e a possibilidade da verdade.

Bibliografia:

WOLFF, Francis. *Dizer o Mundo*. São Paulo: Discurso, 1999.



Fantasia e Verdade na Fenomenologia de Husserl

Vanessa Furtado Fontana (UFSC)

O trabalho trata do privilégio da fantasia (imaginação) no alcance das 'verdades eternas', expressão husserliana utilizada no parágrafo 70 de *Idéias I*. Contudo, este privilégio se contrapõe ao desenvolvimento desta obra, a qual culmina com a exigência da fenomenologia da razão. Esta trata exclusivamente da região de ser coisa, ou dos objetos efetivos, e sua apreensão no campo transcendental. O problema instaurado é a necessidade da consciência racional precisar de uma atestação racional, que só pode ser efetivada pela intuição perceptiva. A percepção reduzida de sua prerrogativa empírica passa a ser uma visão originária da consciência, a base para o início da investigação transcendental. O que se denomina visão doadora originária é o alicerce de todas as mudanças da consciência. Trata-se de um fundar, atestar, um deixar ver diretamente, ou evidenciar os visados. A consequência disso é o retorno incessante ao modo perceptivo como fundamento originário de legitimação, que no limite se extende ao dado originário na sua vivência reduzida. A posição de essência dada na apreensão intuitiva de essência depende do sentido no seu modo de se dar. Husserl entende evidência por verdade e a clareza na visão da evidência como a visão clara da verdade eidética, seja nos caracteres noéticos, seja nos noemáticos. Para mostrar o papel indispensável da percepção, dá o exemplo da recordação de uma paisagem que oferece um ver, mas um ver sem evidência, sem clareza. Isto ainda pensado na relação dos vividos, mas um ver mais elevado, é descrito como o ver das essências, as quais compõem a unidade dos vividos, e por sua importância são captados por uma evidência apodítica. Apesar da evidência das essências ser considerada apodítica, a evidência apodítica mais clara é a intuição da consciência pura, o que não diminui a verdade das essências, pois estas são a própria consciência na sua estrutura fundamental noético-noemática. A visão do *cogito* puro é a verdade fundante da fenomenologia, e seu olhar enquanto transcendência é uma saída de si em seu próprio campo imanente. O que fomenta visadas verdadeiras em modos de ser diferenciados. O problema da busca da verdade na fenomenologia se apresenta antes como descrição das conexões essenciais dos fatos empíricos, o mote impulsionador está em descrever a verdade dada de modo imediato à consciência purificada transcendentalmente. Para abandonar uma intuição limitada a ciência pura requer um



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM

CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

olhar entre parênteses do mundo, isto significa para fins metodológicos que a verdade só se apresenta sob a condição de uma mudança na atitude diante do mundo. O chamado método da redução transcendental parece enviar ao âmbito ideal da subjetividade e desconectar a consciência do mundo, o que para Husserl seria impossível pois o mundo é constituído inseparavelmente da consciência constituinte. Nos § 3 e 4 de *Idéias I* demonstram-se quais *erlebnisse* evocam uma intuição de essências (*Wesenschauung*), uma ideação da unidade de sentido das vivências. No § 3 a intuição empírica ou individual é a base que devidamente reduzida conduz à intuição de essências, isto é, ao *quid* de cada vivência de ser. Entende-se ser o ser individual existente na efetividade, contudo deve-se cuidar para não confundir o conteúdo vivido na consciência com o objeto fático. A intuição de essência se dá a partir de uma consciência de ser e não do ser mesmo, enquanto objeto. A percepção torna-se conteúdo à intuição de essências, mas por se referir a realidades só pode atingir uma visão originária inadequada, pois o perceber purificado carrega a herança de só captar o fato por perfis ou adumbramento, ou seja, de forma fracionada. Do empedimento da apreensão totalizante da vivência na atenção perceptiva, eleva-se à fantasia como possibilidade de uma intuição até adequada do vivido. O valor privilegiado da fantasia está na neutralidade da posição de existência do fato individual. Ela é por si mesma reflexão e não necessita reduzir suas vivências que já são ideações. Desenha-se a distância da percepção e da fantasia diante da intuição da verdade, a primeira contempla a verdade da intuição originária, ou seja, que tem sua origem na experiência fática de um ser individual, a segunda enquanto mudança de posição, não exige atestar sua verdade na originalidade da existência, ela neutraliza a tese de existência. A fantasia destaca-se por facilitar o acesso ao transcendental através de sua libertação do fato, apontando ao ideal das conexões de essências e permitindo a abertura de um horizonte descritivo infinito.

Bibliografia:

HUSSERL, Edmund. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie. Erstes Buch: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie.* Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers, 1950.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

_____, Edmund. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie. Zweites Buch: Phänomenologische Untersuchungen zur Konstitution.* Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers, 1952.

HUSSERL, Edmund. *Idées directrices pour une phenomenologie et une philosophie phénoménologique pures. Tome premier: introduction générale a la phenomenologie pure.* Tradução do alemão por Paul Ricoeur. Paris: Gallimard, 1950.

_____. *Idées directrices pour une phenomenologie et une philosophie phénoménologique pures. Livre second: Recherches phénoménologiques pour la constitution.* Tradução do alemão por Eliane Escoubas. Paris: PUF, 1996.

LEVINAS, Emmanuel. *Théorie de l'intuition dans la phénoménologie de Husserl.* Paris: Vrin, 1984.



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

Nietzsche: A vontade de potência como a arte da interpretação

Felipe Renan Jacobowski (Unioeste)

Ao compreender a totalidade do mundo como Vontade de Potência (*Wille zur Macht*), o filósofo alemão Friedrich Nietzsche estabelece um novo modo de pensar que se distancia da tradição filosófica e científica ocidental. Conceitos como causalidade, ser, verdade absoluta, substância (tanto material como imaterial), são rejeitados por sua filosofia como erro e interpretações ruins de mundo. Isto quer dizer que toda crença na lógica e na linguagem - fundamentos das teorias de mundo da tradição -, são postas em questão pelo filósofo, e, em seguida, combatidas a fim de demonstrar que o modo de pensar lógico-gramatical tem como base um falseamento da realidade: A suposição de que existe casos idênticos. É nesta perspectiva que Nietzsche critica o mecanicismo do século XIX, que tem como fundamento a lógica e os erros da razão. O filósofo afirma que o mecanicismo deve ser combatido, pois além de ser a interpretação dominante de sua época, impossibilitaria que novas formas de conhecimento sejam criadas justamente porque reduz todo o saber ao seu método, como se “conhecer” fosse somente calcular, medir, simplificar, ordenar, quantificar, ou seja, reduzir o mundo em fórmulas lógicas. É por se afirmar como uma perspectiva absoluta que o mecanicismo deve ser combatido, de modo que, crer nas proposições lógicas como irrefutáveis é crer em verdades absolutas. E o desejo de uma verdade absoluta revela, no ver de Nietzsche, uma incapacidade de criar, pois a verdade não existe, mas é algo que deve ser criado e destruído constantemente para que o conhecimento adquira uma amplitude perspectivista. E é neste sentido que o filósofo alemão apresenta a doutrina da vontade de potência, que tem como base a multiplicidade de impulsos rivais em constante luta e tendência de crescimento de potência. Longe de ser dogmática e limitada aos parâmetros da lógica, como ocorre com as teorias mecânicas, a doutrina nietzscheana da vontade de potência se afirma não como uma verdade imutável e eterna, mas como interpretação (*Welt-Auslegung*), ou melhor, como a arte da interpretação. Por ser uma “arte”, sua teoria abre possibilidades para que novos tipos de conhecimentos sejam criados, e para que novas visões de mundo, diferentemente das até agora criadas (como o platonismo, cristianismo, vitalismo, mecanicismo) se afirmem como doutrinas dominantes. Nossa meta é demonstrar que o conceito de “interpretação” tem um sentido



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM

CONHECIMENTO E VERDADE

04, 05 e 06 de novembro de 2009

oposto de “verdade absoluta”, mas, mesmo assim, queremos esclarecer que Nietzsche não rejeita a “verdade” e o “conhecimento”, mas adentra uma nova postura frente a tais conceitos.

Bibliografia:

FOGEL, G. *Conhecer é criar*. São Paulo/Ijuí: Discurso/UNIJUÍ, 2003.

MÜLLER-LAUTER, W. *A doutrina da vontade de poder em Nietzsche*. Tradução de Oswaldo Giacoia. São Paulo: ANNABLUME, 1997.

NIETZSCHE, F.W. *Além do bem e do mal*. Tradução: P. C. de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

_____. *A gaia ciência*. Tradução: P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Crepúsculo dos Ídolos: ou como filosofar com o martelo*. Tradução: P. C. de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

_____. *Sabedoria para depois de amanhã*. Seleção dos fragmentos póstumos por Heinz Friedrich; tradução de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005.



História, Poder e Conhecimento em Foucault

Renato Celestino Guedes (UFRural)

Michel Foucault (1926-1984), ao longo de sua militância intelectual, foi fortemente influenciado por Friedrich Nietzsche (1844-1900). Nos anos 70, a presença do pensamento nietzsche se faz notar através da postura metodológica adotada por Foucault, sobretudo em relação à crítica metafísica da busca pela origem (PINHO, 2006). Na interpretação que Foucault faz de Nietzsche o conhecimento é inventado, ou seja, ele não tem origem. Nesta análise de um conhecimento inventado ele não está inscrito na natureza humana. O conhecimento surge então do embate da natureza humana e do mundo não pertencendo a nenhum dos dois, mas situado no interstício das relações de força que há entre ambos. (GONÇALVES, 2006). Assim a utilização do pensamento nietzschiano fica claro nas análises histórico-filosóficas. Nestes pressupostos, o objetivo do presente trabalho é demonstrar a postura crítica de Michel Foucault em relação à escrita da história pontuando questões referentes à verdade, poder e conhecimento. A pesquisa consiste num levantamento bibliográfico com análise de fontes de origem primárias e secundárias sobre Michel Foucault e seus ensaios sobre a genealogia do poder e escrita da história na linha qualitativa. Os resultados foram apresentados de forma descritiva. Foucault em suas abordagens e crítica sobre a escrita da história, as relações de poder e conhecimento é muito influenciado por uma corrente historiográfica denominada escola dos annales ou história nova fundada por Marc Bloch (1886-1944). Foucault nega este projeto de história global e tradicional na qual o sujeito é consciente do seu lugar na história: Não há um processo evolutivo e contínuo no qual o sujeito fosse capaz de absorver ou vivenciar os momentos históricos de forma coesa, homogênea, inerte, linear e universal. Para Foucault, a história é feita por rupturas e descontinuidades. O sorriso irônico de Michel Foucault critica os historiadores que buscam a verdade absoluta ou causa única dos fatos. Neste sentido, ele fala da história irônica que não dá para levar ao marxismo ou positivismo, ou seja, ele utiliza a ironia contra a verdade produzida e o poder. Neste sentido, ele faz uma análise do discurso histórico em relação ao poder de forma satírica. Como já sabemos para Foucault o poder interfere diretamente na produção do conhecimento histórico e pela verdade principalmente na política. Assim o poder abarcaria todas as produções de



IV SIMPÓSIO DE FILOSOFIA DA UEM
CONHECIMENTO E VERDADE
04, 05 e 06 de novembro de 2009

conhecimento e verdade dentro da sua esfera de interesse ou foco principal. Na história o poder também condiciona a produção do conhecimento e verdade. A crítica de Foucault em relação a uma escrita e postura metodológica do historiador em relação a um conhecimento metafísico em detrimento de uma concepção de história nova em diálogo com outros campos de saberes, problematizando afastando do modelo de história global, totalizante, contínua e linear em contraponto a uma história movida por rupturas e descontinuidades. É de suma importância para entender as questões relativas à oposição de Foucault em relação à metafísica e a busca de uma verdade perfeita assim como as causas primeiras e principalmente para entender a dinâmica poder, conhecimento e verdade em relação às ciências humanas e como esta relação é estabelecidas por uma relação de forças e interesses.

Bibliografia:

- BIROLI, F. “História, discurso e poder em Michel Foucault”. In: RAGO, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo. (Org.). *Figuras de Foucault*. São Paulo, SP: Autêntica Editora, 2006, v. , p. 119-127.
- FOUCAULT, M. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In. *Microfísica do poder* 6ªed.Organização,introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 15-37 [2008: 26ª ed.].
- GONÇALVES, J. F. G. “Foucault, a descontinuidade histórica e a crítica da origem”. *Revista Aulas – Dossiê Foucault*. Campinas, nº 3, dezembro/2006-março/2007, p. 1-21.
- MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 202 p.
- PINHO, L.C. “Foucault, o uso instrumental do pensamento nietzschiano”. *Revista Universidade Rural, Série Ciências Humanas*.Seropédica / RJ, EDUR, v.28, n.1-2, jan-dez, p.25-37.